



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.**

1 Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, de forma híbrida,  
2 reuniu-se o Conselho de Administração — Consad da Universidade Federal Rural do Semi-Árido — Ufersa, sob a  
3 presidência do Reitor, **Rodrigo de Nogueira Codes**, para deliberar sobre a pauta da segunda reunião ordinária de  
4 dois mil e vinte e seis. Estiveram presentes os conselheiros **Jocigleuson Alves de Oliveira**, Pró-Reitor da Pró-  
5 Reitoria de Administração — Proad; **José Domingues Fontenele Neto**, Pró-Reitor Adjunto da Pró-Reitoria de  
6 Planejamento — Proplan; **Rannah Munay Dantas da Silveira**, Pró-Reitora da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas  
7 — Progepe; **Álvaro Fabiano Pereira de Macedo**, Pró-Reitor da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis — Proae;  
8 **Simone Maria da Rocha**, Diretora do Centro Multidisciplinar de Caraúbas — CMC; **Samuel Oliveira de Azevedo**,  
9 Diretor do Centro Multidisciplinar de Angicos — CMA; **Glaydson Francisco Barros de Oliveira**, Diretor do Centro  
10 Multidisciplinar de Pau dos Ferros — CMPF; **Moacir Franco de Oliveira**, Diretor do Centro de Ciências Agrárias  
11 — CCA; **Luciana Vieira de Paiva**, Diretora do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde — CCBS; **Leonardo**  
12 **Augusto Casillo**, Diretor do Centro de Ciências Exatas e Naturais — CCEN; **José Albenes Bezerra Júnior**,  
13 Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas — CCSAH; **Manoel Quirino da Silva Júnior**, Diretor  
14 do Centro de Engenharias — CE; **Francisco Edcarlos Alves Leite**, **Rafael Castelo Guedes Martins**, **Sharon**  
15 **Dantas da Cunha** e **Elmer Rolando Llanos Villarreal**, representantes docentes; **Talles Rodrigo Barbosa de**  
16 **Aquino** e **Eurico Marx Sarmiento Pedroza**, representantes técnico-administrativos. Conselheiros com falta  
17 justificada: Mônica Rafaela de Almeida e Emerson Fábio da Silva Araújo. Tendo constatado quórum legal, o  
18 presidente do Conselho, Rodrigo Nogueira de Codes, declarou aberta a reunião. Em seguida, leu a justificativa da  
19 conselheira Mônica Rafaela de Almeida, que goza de suas férias, não necessitando de votação; do conselheiro  
20 Emerson Fábio da Silva Araújo, que se encontrava em Brasília participando do Comando Nacional de Greve, e  
21 pôs em votação, a qual foi aprovada com dezesseis votos favoráveis e duas abstenções. Em seguida, pôs em  
22 apreciação a pauta como um todo, e pôs em votação, que foi aprovada por unanimidade, ficando da forma  
23 originalmente proposta: **PAUTA: Primeiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre designação pelo Reitor, *ad*  
24 *referendum* do Consad, de redistribuição do servidor técnico-administrativo Daniel Elias Negrão Duarte, conforme  
25 processo 23091.004679/2026-36. **Segundo ponto:** Apreciação do Relatório nº 3/2025 da Audint, que avalia os  
26 Projetos de Convênios Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação — ECTI. **Terceiro ponto:** Apreciação do  
27 Relatório nº 4/2025 da Audint, que avalia a Gestão de Termos de Execução Descentralizadas — TEDs. **Quarto**  
28 **ponto:** Apreciação do Relatório nº 5/2025 da Audint, que avalia as prestações de contas anuais dos exercícios  
29 2023 e 2024. **Quinto ponto:** Apreciação e deliberação do Planejamento Estratégico da Unidade de Auditoria  
30 Interna — Audint (2026–2030). **Sexto ponto:** Outras ocorrências. **PRIMEIRO PONTO.** O presidente deste  
31 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do primeiro ponto de pauta e pôs em deliberação. Na  
32 oportunidade, esclareceu que o encaminhamento *ad referendum* ocorreu em razão do prazo limite estabelecido



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

33 pelo Ministério da Educação — MEC para envio dos processos de redistribuição, especialmente considerando o  
34 período eleitoral do ano em curso. Explicou que o processo já havia sido encaminhado com assinatura *ad*  
35 *referendum* e que agora estava sendo submetido à apreciação do Conselho. O conselheiro **Moacir Franco de**  
36 **Oliveira** afirmou que, considerando a existência do ato *ad referendum* por parte do Reitor e o fato de o processo  
37 já estar devidamente instruído, entendia não haver necessidade de maiores discussões. O presidente do  
38 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, esclareceu que o processo já havia sido aprovado pelo Conselho  
39 Universitário — Consuni e que a apreciação no Consad referia-se especificamente à homologação de ato *ad*  
40 *referendum*, em razão da tramitação interna necessária para redistribuição de servidores técnico-administrativos.  
41 O conselheiro **Sharon Dantas da Cunha** questionou a redistribuição, observando que o servidor era engenheiro e  
42 que a contrapartida correspondia a uma vaga de arquiteto. Perguntou quantos arquitetos havia na universidade. O  
43 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, respondeu que a instituição possuía dois arquitetos. O  
44 conselheiro **Sharon Dantas da Cunha** comentou que havia muito trabalho para esses profissionais e ressaltou a  
45 importância de se pensar na integração dos cargos com os *campi* e também com o curso de Arquitetura do  
46 *campus* Pau dos Ferros, mencionando a necessidade de planos diretores que otimizassem e integrassem esses  
47 profissionais às demandas institucionais. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, concordou,  
48 afirmando que os servidores atendem toda a universidade e que a integração com o curso de Arquitetura é  
49 relevante. Sem mais discussões, pôs o ponto em votação, que foi aprovado por unanimidade. **SEGUNDO PONTO.**  
50 O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto e pôs em apreciação.  
51 Registrou a presença da equipe de Auditoria Interna e submeteu a participação da equipe com fala à votação, que  
52 foi aprovada por unanimidade. Com a palavra, a convidada **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral** cumprimentou  
53 os presentes e informou que a apresentação seria breve, destacando que o principal objetivo era promover a  
54 contribuição e o debate do Conselho sobre os relatórios. Explicou que a apresentação dos relatórios decorria de  
55 uma obrigação normativa prevista no manual de orientações técnicas da atividade de auditoria interna  
56 governamental, mas ressaltou também a importância do momento como oportunidade para a alta administração  
57 discutir fragilidades e construir soluções coletivamente. Destacou que os relatórios tinham caráter propositivo e  
58 visavam a melhoria institucional, não se tratando de documentos submetidos à aprovação. Explicou ainda que  
59 todo o processo de auditoria era construído coletivamente com as unidades auditadas, desde a apresentação da  
60 metodologia até a validação dos achados e recomendações. Informou que os relatórios já haviam sido  
61 encaminhados à Controladoria-Geral da União — CGU e que os trabalhos apresentados eram resultado de  
62 auditorias realizadas ao longo de seis meses. Na sequência, a convidada **Rosemary Feitoza Brasil** iniciou  
63 tratando do relatório e explicou que o trabalho foi desenvolvido ao longo do ano de dois mil e vinte e cinco, tendo  
64 origem na Proplan, responsável pela consolidação de Relatório de Riscos Institucionais por meio do comitê de  
65 gestão de riscos. Ressaltou que a auditoria não surgiu de uma iniciativa isolada da Audint, mas de demandas  
66 institucionais relacionadas à gestão de riscos. Explicou que os trabalhos foram fundamentados em leis, resoluções



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

67 e portarias interministeriais que regulam os projetos ECTI, envolvendo a universidade, a Fundação Guimarães  
68 Duque e os proponentes externos responsáveis pelos recursos. Destacou que, ao ingressarem na universidade,  
69 os recursos passam a ter natureza pública, devendo obedecer aos normativos legais e aos princípios da  
70 administração pública. Informou que a auditoria avaliou a atuação da Fundação Guimarães Duque — FGD como  
71 gestora dos recursos, verificando regularidade financeira, conformidade com editais e prestação de contas  
72 tempestiva. Continuou sua fala detalhando os pilares analisados, como acompanhamento físico-financeiro das  
73 metas, transparência e *accountability*, esclarecendo que o conceito vai além da simples prestação de contas,  
74 envolvendo responsabilização, publicidade e transparência. Explicou também que o trabalho foi realizado  
75 coletivamente pela equipe da auditoria e teve como escopo a Proplan, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura —  
76 Proec e a FGD. Informou que foram auditados recursos referentes ao período de dois mil e dezoito a dois mil e  
77 vinte e cinco, totalizando mais de quinze milhões de reais executados pela fundação. Segundo a convidada,  
78 apenas cerca de quinhentos e cinquenta mil reais possuíam comprovação de prestação de contas no momento da  
79 auditoria. Explicou que alguns projetos de dois mil e vinte e cinco ainda estavam em execução, mas ressaltou que  
80 os exercícios anteriores deveriam ser observados com maior rigor crítico devido à ausência de prestação de  
81 contas. Ao apresentar os achados da auditoria, a convidada **Rosemary Feitoza Brasil** apontou pendências de  
82 prestação de contas ao longo dos anos e relembrou que a Resolução nº 001/2013 surgiu após recomendações do  
83 Tribunal de Contas da União — TCU e da CGU para regulamentar a relação entre a Ufersa e a FGD. Indicou  
84 problemas de transparência, especialmente quanto à ausência de utilização adequada da aba destinada aos  
85 projetos no sistema da fundação, além da inexistência de normativos prevendo sanções para coordenadores  
86 inadimplentes quanto às prestações de contas. Informou que analisou demonstrações contábeis da FGD e  
87 verificou ausência de algumas informações em exercícios anteriores, embora reconhecesse que a Fundação  
88 posteriormente passou a disponibilizar relatórios relativos ao exercício de dois mil e vinte e quatro. Ressaltou,  
89 entretanto, que dados referentes a dois mil e vinte e cinco ainda não estavam publicados, apesar da previsão  
90 estatutária de divulgação até vinte de fevereiro. Outro ponto abordado foi a falta de transparência quanto ao  
91 tombamento de bens adquiridos nos projetos. Segundo ela, embora a Fundação tenha afirmado realizar os  
92 procedimentos de tombamento, essas informações não estavam disponíveis publicamente, impossibilitando a  
93 verificação adequada. Também destacou como preocupação o fato de coordenadores inadimplentes continuarem  
94 submetendo novos projetos. Ressaltou que, à época da auditoria, menos de cinco por cento dos projetos  
95 possuíam prestação de contas concluída. Defendeu maior rigor no controle, considerando os princípios da  
96 administração pública. Em seguida, apresentou as recomendações da auditoria, entre elas a atualização da  
97 Resolução nº 001/2013 no prazo de cento e oitenta dias; fortalecimento dos controles internos e do compliance;  
98 implantação de sistema eletrônico para registro e gestão dos projetos; integração das informações ao portal da  
99 transparência; aprimoramento do controle de bens tombados; publicação tempestiva de prestações de contas;  
100 adoção de checklist obrigatório para aprovação de projetos; e divulgação detalhada dos projetos em execução e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

101 seus resultados. Ao final, a convidada **Rosemary Feitoza Brasil** concluiu que as recomendações buscavam  
102 fortalecer a governança, os controles internos, a transparência e a segurança jurídica na relação entre a  
103 universidade e a FGD, e colocou-se à disposição para esclarecimentos. Na oportunidade, o conselheiro **Moacir**  
104 **Franco de Oliveira** parabenizou a equipe pelo relatório e afirmou que trabalhos dessa natureza deveriam ocorrer  
105 com mais frequência. Demonstrou preocupação com o baixo percentual de prestação de contas diante do elevado  
106 volume de recursos auditados. Comentou que a fundação parecia ter retrocedido em alguns aspectos  
107 relacionados à transparência, lembrando que recomendações anteriores da CGU já haviam exigido a criação de  
108 mecanismos de divulgação pública dos projetos. Questionou ainda como vinha sendo tratada a questão dos  
109 ressarcimentos da fundação à universidade, considerando a necessidade institucional de recursos, e defendeu  
110 que futuras auditorias avaliem de forma mais detalhada o fluxo desses ressarcimentos. Em resposta, o conselheiro  
111 **José Domingues Fontenele Neto** esclareceu que a Resolução nº 001/2013 previa percentuais muito baixos de  
112 ressarcimento para a universidade, limitados praticamente ao uso da imagem institucional. Informou que a  
113 Proplan, juntamente com outras pró-reitorias e o NIT, estava trabalhando na atualização da norma para ampliar os  
114 percentuais de ressarcimento e criar uma espécie de fundo de pesquisa e extensão gerido pela fundação.  
115 Explicou que seria necessário conscientizar os coordenadores de projetos sobre a retenção de parte dos recursos  
116 para ressarcimento institucional, destacando que muitos já reclamavam da taxa administrativa cobrada pela  
117 fundação. Afirmou ainda que a minuta da nova resolução deveria ser encaminhada aos Conselhos Superiores em  
118 aproximadamente três meses, permitindo o cumprimento do prazo acordado com a auditoria. Acrescentou que a  
119 Proplan já havia suspenso a celebração de novos contratos ou convênios com coordenadores inadimplentes na  
120 prestação de contas. Observou, contudo, que alguns docentes conseguiam contornar os controles cadastrando  
121 projetos em outras pró-reitorias, dificultando a fiscalização. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de**  
122 **Codes**, afirmou que a atualização das normas relativas ao ressarcimento e à prestação de serviços vinha sendo  
123 debatida de forma reiterada pela gestão, e garantiu que os prazos assumidos seriam cumpridos e que as  
124 propostas de resolução seriam apresentadas em breve aos conselhos para apreciação. Na sequência, o  
125 conselheiro **Leonardo Augusto Casillo** cumprimentou os presentes e a equipe da Audint e afirmou que a fala do  
126 conselheiro anterior lhe causava preocupação. Destacou que a universidade possui comitês específicos de  
127 extensão e pesquisa e relatou sua experiência como membro do comitê de extensão durante vários anos.  
128 Segundo ele, se um professor cadastra um projeto de extensão como se fosse de pesquisa, ou o contrário, o  
129 projeto deveria ser reprovado pelo respectivo comitê. Defendeu que, caso isso esteja ocorrendo, é necessário  
130 revisar normas ou alertar os comitês para que atuem com maior rigor, sugerindo inclusive que a Audint realize  
131 verificações posteriores sobre esse tipo de situação. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** esclareceu  
132 que a Proplan recebe apenas o produto final já aprovado nas instâncias anteriores, ressaltando que sua  
133 observação tinha como objetivo ilustrar a complexidade burocrática da relação entre a Ufersa e a FGD.  
134 Acrescentou que, em alguns casos, o projeto em si poderia continuar existindo, mas talvez determinado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

135 coordenador não devesse permanecer na função em razão de pendências anteriores. O conselheiro **Leonardo**  
136 **Augusto Casillo** afirmou que não estava atribuindo falhas à Proplan, mas relatando uma percepção baseada em  
137 experiência própria. Contou que enfrentou problemas de prestação de contas em um projeto de pesquisa durante  
138 o período da pandemia da COVID-19 e que, por iniciativa própria, informou aos demais coordenadores e ao  
139 comitê que não submeteria novos projetos enquanto sua situação não fosse regularizada. Defendeu que essa  
140 prática pudesse ser transformada em norma institucional, proibindo temporariamente a participação em editais de  
141 servidores com pendências de prestação de contas, como forma de moralizar o processo. O presidente do  
142 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, agradeceu a contribuição dos conselheiros e afirmou concordar  
143 plenamente com a observação feita, ressaltando que o tema deveria ser levado em consideração na apreciação  
144 futura das resoluções. O conselheiro **Moacir Franco de Oliveira** complementou observando que, embora sua fala  
145 não estivesse diretamente relacionada ao relatório em comento, o tema era pertinente ao contexto. Destacou que  
146 os comitês de ensino, pesquisa e extensão foram criados justamente em atendimento a recomendações da CGU,  
147 com o objetivo de garantir instâncias deliberativas para aprovação de projetos vinculados à fundação. Explicou  
148 que, anteriormente, projetos eram executados sem passar por órgãos de deliberação, o que motivou a  
149 necessidade de criação de resoluções específicas para cada modalidade. Ressaltou que, se um comitê de  
150 pesquisa aprova projeto de extensão ou vice-versa, trata-se de um problema institucional que a universidade  
151 precisa corrigir. Em seguida, dirigiu-se ao conselheiro **José Domingues Fontenele Neto**, afirmando que ambos já  
152 possuíam uma longa trajetória na gestão universitária e comentou que frequentemente era lembrado por sua  
153 experiência sempre que fazia alguma observação nas reuniões, o que já havia se tornando motivo de brincadeira  
154 entre os colegas. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** respondeu que sua intenção não era  
155 desmerecer o colega, mas justamente reconhecer sua ampla experiência administrativa e conhecimento histórico  
156 da universidade. Declarou que não havia ninguém na mesa com maior conhecimento institucional do que o  
157 conselheiro e destacou a importância de ouvir as pessoas mais experientes. **TERCEIRO PONTO.** O presidente do  
158 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, leu o ponto de pauta e pôs em apreciação. Informou que, como já havia  
159 sido aprovada anteriormente a participação da equipe da auditoria com direito à fala, a autorização se estendia  
160 também a esse ponto da pauta. Na oportunidade, a convidada **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral** agradeceu  
161 ao presidente e explicou que o relatório sobre gestão dos TEDs foi realizado por constar no Plano Anual de  
162 Auditoria Interna — Paint de 2025. Destacou que o Paint é elaborado a partir dos riscos mapeados pela Proplan,  
163 considerando critérios como relevância estratégica, impacto institucional e tempo decorrido desde a última  
164 auditoria realizada. Ressaltou que o objetivo é garantir que todos os macroprocessos relevantes da universidade  
165 sejam periodicamente auditados, sem sobreposição excessiva ou defasagem. Informou que a matriz de cálculo  
166 utilizada pela Audint está disponível publicamente na página institucional da auditoria. Explicou ainda que o  
167 trabalho dialogava diretamente com o relatório anterior apresentado e que, além das normas legais e  
168 constitucionais pertinentes, a auditoria fundamentou-se também no Acórdão nº 1178/2018 do TCU, ressaltando



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

169 que os achados e recomendações não decorriam apenas de interpretações da equipe técnica, mas também de  
170 entendimentos consolidados dos órgãos de controle. Prosseguiu explicando que foram analisados 58 Termos de  
171 Execução Descentralizada celebrados entre dois mil e dezoito e dois mil e vinte e quatro que resultaram em  
172 projetos executados por meio da fundação de apoio, excluindo-se os TEDs vinculados ao Sistema Integrado de  
173 Monitoramento Execução e Controle — Simec. Informou que os trabalhos foram realizados entre dezembro de  
174 dois mil e vinte e cinco e janeiro de dois mil e vinte e seis, tendo como foco principal a conferência da  
175 documentação disponibilizada no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos — Sipac relativa à  
176 execução dos TEDs. Segundo ela, os dados foram sistematizados em planilha contendo informações como  
177 número do processo, exercício, responsáveis, parceiros, valores, vigência e grau de publicização. A convidada  
178 **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral** destacou que o volume de recursos auditados ultrapassou quarenta e três  
179 milhões de reais e apontou como principal achado a fragilidade da transparência na execução dos TEDs. Informou  
180 que, dos TEDs analisados, oitenta e dois por cento não possuíam qualquer tipo de transparência em portais  
181 institucionais, seja no Sipac ou em outros meios oficiais. Explicou ainda que, entre os poucos casos em que havia  
182 algum grau de publicização, parte das informações havia sido inserida somente após o encerramento da vigência  
183 dos projetos, em alguns casos anos depois. Mencionou também obras sem atualização há mais de dois anos no  
184 sistema e projetos com documentação parcial ou desatualizada. Em seguida, apresentou dois achados principais:  
185 o primeiro dizia respeito ao descumprimento do artigo catorze do Decreto nº 10.426/2020, que obriga a divulgação  
186 nominal dos gestores e fiscais de TEDs na página institucional. Informou que, durante a auditoria, verificou-se que  
187 os dados existentes estavam desatualizados e incompletos, embora algumas atualizações já tenham sido  
188 iniciadas pela Proplan após as discussões realizadas com a auditoria; o segundo achado tratava da ausência de  
189 transparência sobre a execução físico-financeira dos projetos. Segundo ela, não havia acesso público a  
190 informações sobre seleção de bolsistas, pagamentos de bolsas e demais atos relacionados à execução dos TEDs.  
191 Ressaltou que a auditoria reconhecia a existência de controles internos nas unidades responsáveis, mas defendia  
192 que essas informações precisavam estar acessíveis para garantir o controle social. Argumentou que a  
193 transparência não consiste apenas em disponibilizar documentos, mas em apresentar dados compreensíveis e  
194 facilmente acessíveis à sociedade. Ressaltou que a ausência dessas informações poderia gerar riscos de  
195 judicialização, novas auditorias da CGU e sanções do TCU, além de comprometer o controle social sobre os  
196 recursos públicos. Diante disso, apresentou duas recomendações principais: a criação de procedimento  
197 permanente para atualização do portal de TEDs, com divulgação imediata dos gestores e fiscais responsáveis; e a  
198 implementação de mecanismo institucional que permita acesso público, transparente e completo à execução física  
199 e financeira dos TEDs executados pela fundação durante toda a vigência dos instrumentos. Destacou que a  
200 transparência deveria ocorrer de forma concomitante à execução dos projetos, e não apenas após sua conclusão.  
201 Ao final, afirmou que a auditoria buscava fortalecer a governança dos TEDs e consolidar uma política estratégica  
202 de gestão transparente, moderna e orientada a resultados na universidade. O presidente do Conselho, **Rodrigo**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

203 **Nogueira de Codes**, agradeceu a participação e parabenizou a equipe pelo trabalho desenvolvido. Com a  
204 palavra, a conselheira **Luciana Vieira de Paiva** também parabenizou a equipe da Audint, afirmando que o  
205 trabalho realizado representava mais do que uma investigação, constituindo também um direcionamento  
206 institucional para o aprimoramento da transparência e da gestão. O conselheiro **José Domingues Fontenele**  
207 **Neto** manifestou-se a fim de prestar esclarecimentos e informou que, na página da Proplan, já existem  
208 documentos e portarias relacionados aos TEDs, incluindo as nomeações dos coordenadores responsáveis.  
209 Explicou que também há um espaço específico para consulta aos Termos de Execução Descentralizada, embora  
210 reconhecesse que nem todas as informações sugeridas pela auditoria estejam atualmente disponíveis. Destacou  
211 ainda as limitações enfrentadas pela Proplan em relação ao quadro de pessoal, afirmando que a divisão  
212 responsável pela relação entre a universidade e os demais entes externos já contou com oito servidores, mas  
213 atualmente funciona com apenas quatro servidores e um estagiário. Comentou que o Gabinete da Proplan opera  
214 praticamente apenas com ele e outro servidor, sem equipe de secretaria. Apesar das dificuldades, afirmou que a  
215 pró-reitoria estava trabalhando para atender às recomendações da Audint e reforçou que parte das informações  
216 apontadas pela auditoria já se encontra disponível no portal institucional. **QUARTO PONTO.** O presidente do  
217 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto e pôs em discussão. Com a palavra, a  
218 convidada **Karízia Gabriela Leite Cavalcante**, na condição de representante da Auditoria Interna, informou que o  
219 trabalho foi coordenado por Antônio Gilberto Martins da Costa e que ela passou a integrar a unidade em  
220 novembro, colaborando na finalização do relatório. Explicou que a auditoria foi realizada em atendimento a  
221 solicitação do Conselho e prevista no planejamento anual da unidade, tendo como foco principal a verificação de  
222 pagamentos e notas fiscais de contratos encaminhados pela Divisão de Contratos — Dicont e pela Proad.  
223 Destacou que foram analisados cento e quarenta e quatro contratos de um universo de cento e sessenta, com  
224 base em análise documental realizada tanto em arquivos digitais quanto físicos. Informou que os contratos  
225 auditados totalizaram aproximadamente R\$ 116 milhões, dos quais cerca de R\$ 730 mil foram inscritos em restos  
226 a pagar, identificando-se situações de pagamentos realizados em exercícios posteriores à efetiva prestação de  
227 serviços. Na apresentação dos achados, relatou a ocorrência de emissão intempestiva de notas fiscais e citou  
228 como exemplo contratos de prestação de serviços de motoristas nos campi de Mossoró, Angicos, Pau dos Ferros  
229 e Caraúbas, em que houve atraso na emissão e no pagamento das faturas. Apontou ainda a ausência de  
230 publicação da execução financeira dos contratos em meio eletrônico de acesso público, observando dificuldades  
231 de acesso integral à documentação no Sipac. Em razão desses achados, foram apresentadas recomendações  
232 para que a Dicont formalize procedimentos de controle e fiscalização da execução financeira dos contratos,  
233 incluindo uma definição clara de fiscais e gestores, além de cláusulas que garantam a emissão tempestiva das  
234 faturas pelas empresas contratadas. Também foi recomendada a implementação de mecanismos eletrônicos de  
235 transparência ativa integrados ao Sipac, contendo informações mínimas sobre contratos, pagamentos e aditivos.  
236 O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, agradeceu a apresentação e parabenizou a equipe da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

237 Audint, ressaltando a relevância dos resultados para o aprimoramento dos processos administrativos e  
238 acadêmicos da instituição, bem como para o fortalecimento da governança institucional. Na oportunidade, o  
239 conselheiro **Jocigleuson Alves de Oliveira** cumprimentou os presentes e destacou que, em muitos casos, o  
240 atraso na emissão de notas fiscais foge ao escopo de atuação da Dicont, pois depende das empresas  
241 contratadas. Ressaltou que a recomendação de inserção de cláusulas obrigando a emissão tempestiva das notas  
242 precisa ser analisada quanto à sua legalidade. Sobre a ausência de informações no Sipac, explicou que, a partir  
243 de dois mil e vinte e dois, o Governo Federal implantou o sistema ContratosGOV, tornando obrigatória sua  
244 utilização pelas instituições federais. Informou que, diante disso, a Dicont deixou de alimentar o Sipac,  
245 concentrando os registros no novo sistema. Acrescentou que houve entendimento com a Audint para retomada da  
246 alimentação do Sipac, em razão de sua relevância para transparência e controle social, mas que o cronograma  
247 previsto acabou comprometido em razão da greve. **QUINTO PONTO**. O presidente do Conselho, **Rodrigo**  
248 **Nogueira de Codes**, leu o ponto de pauta e pôs em apreciação. A convidada **Maria Teodora Rocha Maia do**  
249 **Amaral** iniciou a apresentação afirmando que o planejamento estratégico representava uma construção coletiva  
250 da equipe da Audint, elaborada a partir de um processo de autoanálise institucional. Explicou que o planejamento  
251 atende a requisitos do modelo de avaliação de maturidade da Auditoria Interna denominado IA-CM e também à  
252 necessidade de a unidade possuir um planejamento de médio e longo prazo. Informou que a equipe da Audint é  
253 composta por duas auditoras, dois contadores e uma estagiária, ressaltando a independência da unidade em  
254 relação à estrutura administrativa da universidade, uma vez que está subordinada diretamente ao Consad. Na  
255 sequência, apresentou a missão, visão e valores da Auditoria Interna, destacando o compromisso com  
256 governança, gestão de riscos, controles internos, independência, transparência e responsabilidade. Explicou ainda  
257 o modelo de negócio e a cadeia de valor da unidade, ressaltando a atuação por meio de auditorias, consultorias,  
258 pareceres e ações de melhoria contínua. Informou que foram realizados diagnósticos institucionais com base na  
259 matriz SWOT e no IA-CM, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Acrescentou que a unidade  
260 pretende alcançar o nível dois de maturidade no modelo IA-CM, institucionalizando práticas e procedimentos  
261 sustentáveis. A convidada **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral** apresentou os catorze objetivos estratégicos  
262 organizados em quatro perspectivas: valor para a instituição, comunidade acadêmica, processos internos e  
263 aprendizagem e desenvolvimento. Entre os objetivos, destacou a formalização da metodologia de priorização de  
264 riscos, o aprimoramento do monitoramento das recomendações, a ampliação das ações de divulgação do papel  
265 da Auditoria Interna e a capacitação da equipe para execução de auditorias financeiras. Ao final, colocou a equipe  
266 à disposição para receber sugestões e comentários. Na oportunidade, o conselheiro **José Albenes Bezerra**  
267 **Júnior** parabenizou toda a equipe da Audint e destacou a qualidade da construção dos relatórios e do  
268 planejamento estratégico. Ressaltou que a utilização de organogramas e representações visuais facilita a  
269 compreensão dos documentos, especialmente quanto aos achados e recomendações, que considerou  
270 fundamentais para o aprimoramento das políticas institucionais e atos normativos. O conselheiro **Moacir Franco**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

271 **de Oliveira** manifestou reconhecimento pelo amadurecimento institucional da Auditoria Interna e sugeriu que, nos  
272 próximos relatórios, as recomendações sejam apresentadas de forma ainda mais explícita, indicando claramente  
273 os responsáveis por cada providência e o atendimento ou não das recomendações anteriores, citando como  
274 exemplo relatórios utilizados no Conselho de Curadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte —  
275 UFRN. Em resposta, a convidada **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral** esclareceu que a Audint já disponibiliza  
276 em seu site um painel de monitoramento contendo o *status* das recomendações, as unidades responsáveis e os  
277 índices de atendimento, além de avaliações realizadas pelas próprias unidades auditadas. Acrescentou que cada  
278 recomendação nos relatórios já é vinculada ao respectivo achado, à unidade responsável e ao prazo de  
279 implementação, ressaltando o compromisso da unidade com elevados padrões de transparência. O conselheiro  
280 **José Albenes Bezerra Júnior** complementou sua fala destacando a importância das recomendações como  
281 instrumentos de referência para outras auditorias e para a formulação de futuras políticas institucionais. O  
282 conselheiro **Jocicleuson Alves de Oliveira** também parabenizou a equipe da Audint e afirmou enxergar a  
283 Auditoria Interna como parceira da gestão, e não como adversária. Destacou que as recomendações contribuem  
284 significativamente para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos da universidade. Não havendo  
285 outras manifestações, o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs o ponto em votação, que foi  
286 aprovado por unanimidade. **SEXTO PONTO.** O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a  
287 leitura do ponto referente às outras ocorrências e pôs em apreciação. Com a palavra, o conselheiro **José**  
288 **Domingues Fontenele Neto** informou que, em atendimento à solicitação feita pelo professor Manoel Quirino da  
289 Silva Júnior na reunião anterior do Consad, a gestão buscou dar maior previsibilidade ao repasse das cotas  
290 orçamentárias aos centros acadêmicos. Relatou que havia encaminhado um ofício informando que os repasses  
291 ocorreriam a partir do dia dez de maio e explicou que foi realizado um estudo junto à Divisão de Orçamento —  
292 Diorc a fim de avaliar a possibilidade de descentralização integral das cotas até o final do exercício financeiro.  
293 Esclareceu que a medida abrange cotas de custeio, transporte, diárias, passagens e auxílio financeiro estudantil,  
294 permanecendo a cota de capital vinculada às emendas de bancada. Ressaltou que a iniciativa visa melhorar o  
295 planejamento administrativo e acadêmico das unidades. Ainda em sua fala, chamou atenção para a necessidade  
296 de maior acompanhamento das participações de docentes em congressos e eventos financiados pela  
297 universidade. Explicou que a instituição enfrenta dificuldades relacionadas a restos a pagar, especialmente em  
298 casos de inscrições em eventos em que o pagamento é empenhado, mas não há posterior comprovação da  
299 participação do servidor ou emissão adequada de nota fiscal pelas entidades organizadoras. Solicitou, assim, que  
300 os diretores de centro acompanhem se os docentes efetivamente participaram dos eventos apoiados e orientem  
301 os professores a informar eventuais impossibilidades de comparecimento para que os empenhos possam ser  
302 anulados em tempo hábil. Na sequência, o conselheiro **Leonardo Augusto Casillo** agradeceu o envio antecipado  
303 das cotas orçamentárias ao CCEN, destacando que a previsibilidade dos recursos facilitará significativamente o  
304 planejamento das unidades acadêmicas. Em seguida, relatou preocupação com o relatório de gestão anual,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

305 afirmando que, nos anos anteriores, os diretores recebiam cobranças em prazo exíguo para entrega do  
306 documento, enquanto naquele ano ainda não havia sido encaminhada a solicitação formal. Aproveitou para sugerir  
307 revisão do modelo do relatório de gestão, argumentando que algumas informações solicitadas já existem em  
308 sistemas institucionais e acabam sendo repetidas ou apresentam pouca utilidade prática. Em resposta, o  
309 conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** esclareceu que o relatório de gestão decorre de exigência  
310 regimental e reconheceu que houve atraso na cobrança em razão de reorganizações internas na pró-reitoria.  
311 Concordou quanto à necessidade de revisão do instrumento, ressaltando, porém, que a reformulação demandará  
312 tempo em razão da sobrecarga administrativa da equipe. Informou ainda que a atualização dos relatórios está  
313 vinculada às metas estratégicas previstas no PDI institucional. Na sequência, o conselheiro **Moacir Franco de**  
314 **Oliveira** manifestou preocupação quanto à receptividade das contribuições apresentadas pelos diretores de centro  
315 durante as reuniões do Consad. Ressaltou que os diretores, por estarem diretamente envolvidos na gestão das  
316 unidades acadêmicas, frequentemente contribuem com observações importantes sobre normas e regulamentos  
317 submetidos ao Conselho. Defendeu que as falas e críticas apresentadas pelos diretores sejam compreendidas  
318 como contribuições construtivas e não como enfrentamento à gestão, citando situações anteriores em que  
319 manifestações de diretores geraram desconfortos ao longo das reuniões. Também destacou a importância da  
320 recente reunião acerca do planejamento estratégico dos centros, considerando-a relevante para fortalecer o  
321 sentimento de pertencimento dos diretores enquanto integrantes da gestão universitária. Na sequência, a  
322 conselheira **Simone Maria da Rocha** também manifestou preocupação, mas referente aos impactos da greve dos  
323 servidores técnicos administrativos perante o funcionamento do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens —  
324 SCDP e sobre a emissão de diárias e passagens. Relatou que os campi enfrentam dificuldades significativas para  
325 operacionalizar solicitações relacionadas a deslocamentos institucionais, mesmo havendo recursos disponíveis  
326 para utilização. Reconheceu a legitimidade da greve, mas ponderou que determinados serviços essenciais  
327 deveriam ter funcionamento mínimo garantido. Afirmou que servidores têm realizado deslocamentos sem  
328 recebimento de diárias e passagens, o que tem gerado grande preocupação administrativa. Ao final, agradeceu ao  
329 conselheiro José Domingues Fontenele Neto pela iniciativa de descentralização das cotas e reforçou a importância  
330 do diálogo permanente entre a gestão superior e os diretores de centros e campi, destacando que os gestores das  
331 unidades também se reconhecem como integrantes da gestão universitária. Na oportunidade, a conselheira  
332 **Luciana Vieira de Paiva** questionou acerca da orientação referente à comprovação de participação de docentes  
333 em eventos, destacando que o próprio SCDP já exige prestação de contas e relatórios de viagem. Também  
334 relatou dificuldades enfrentadas pela Comissão Permanente de Pessoal Docente — CPPD durante a greve,  
335 afirmando que, como presidente da comissão, não possui acesso aos sistemas institucionais nem aos e-mails  
336 funcionais da unidade, situação que tem dificultado especialmente os processos de progressão para professor  
337 titular. Ressaltou sua preocupação com possíveis prejuízos financeiros aos docentes caso os processos não  
338 sejam concluídos nos prazos adequados. Ao final, agradeceu à Proplan e à gestão superior pelo diálogo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

339 estabelecido com os diretores. A conselheira **Rannah Munay Dantas da Silveira**, enquanto representante da  
340 Progepe, reconheceu as dificuldades enfrentadas pelas unidades em razão da greve e destacou que a gestão tem  
341 mantido diálogo constante com o comando local de greve na tentativa de assegurar o funcionamento mínimo dos  
342 serviços essenciais. Explicou que houve avanços em relação a acordos anteriores, especialmente quanto ao  
343 revezamento de servidores em atividades consideradas essenciais, mas informou que não houve consenso  
344 específico quanto ao funcionamento do SCDP. Ressaltou que o termo de acordo firmado prevê a possibilidade de  
345 diálogo entre chefias imediatas e o comando local de greve para análise de situações pontuais. Também enfatizou  
346 a importância do trabalho dos técnicos-administrativos para o funcionamento da universidade e afirmou que os  
347 impactos provocados pela greve demonstram justamente a relevância da categoria para a instituição. Na  
348 sequência, o conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** voltou a esclarecer que a preocupação da gestão em  
349 relação aos restos a pagar decorre principalmente de situações em que inscrições em eventos são empenhadas,  
350 mas a nota fiscal emitida posteriormente pelas entidades organizadoras não é devidamente atestada pelos  
351 participantes, fazendo com que o processo fique pendente e o recurso permaneça inscrito como dívida da  
352 universidade. O conselheiro **Jocicleuson Alves de Oliveira** complementou a explicação afirmando que,  
353 frequentemente, os participantes deixam de responder aos e-mails encaminhados pela Divisão de Aquisição de  
354 Materiais e Serviços — DMS para confirmação da participação no evento, o que impede a liquidação da despesa.  
355 O conselheiro **Leonardo Augusto Casillo** voltou a se manifestar para relatar dificuldades enfrentadas no CCEN  
356 quanto ao fluxo de solicitações de diárias e passagens durante a greve. Explicou que os diretores de centro não  
357 possuem perfil para cadastramento das solicitações no sistema e que a ausência de servidores técnicos em  
358 atividade inviabiliza o andamento dos processos, inclusive em relação às portarias de afastamento necessárias  
359 para as viagens. Ressaltou que a gestão dos centros encontra-se limitada diante da paralisação e destacou que a  
360 situação tem gerado forte pressão por parte dos docentes. O conselheiro **Talles Rodrigo Barbosa de Aquino**,  
361 representante da categoria de técnicos-administrativos e integrante do comando local de greve, afirmou que os  
362 efeitos da paralisação são justamente parte da estratégia de mobilização da categoria, buscando evidenciar a  
363 importância dos técnicos para o funcionamento da universidade. Informou que já havia sido agendada reunião  
364 entre o movimento grevista e o Ministério da Educação para tratar das reivindicações da categoria. Sobre as  
365 demandas relacionadas ao SCDP e às progressões docentes, afirmou que o comando local de greve permanece  
366 aberto ao diálogo para avaliação de situações específicas consideradas essenciais. O presidente do Conselho,  
367 **Rodrigo Nogueira de Codes**, comunicou que a universidade havia recebido novas funções gratificadas, sendo  
368 uma FG-2 e dezessete FG-3, que serão distribuídas prioritariamente aos centros de Mossoró e a programas de  
369 pós-graduação, com a perspectiva de regularização gradual das gratificações das coordenações de cursos.  
370 Informou ainda a saída do professor Cláwsio Rogério Cruz de Sousa da função de Pró-Reitor Adjunto de  
371 Extensão, agradecendo pelos serviços prestados, e anunciou a professora Cybelle Barbosa e Lima como nova  
372 ocupante do cargo. Também relatou visita de técnicos do Ministério da Educação à universidade em razão do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

373 incidente estrutural ocorrido no prédio de fitossanidade. Explicou que foram apresentados relatórios técnicos e  
374 solicitações de recursos para reforma integral do prédio, além de outras demandas estruturais da instituição.  
375 Acrescentou que a gestão aproveitou a oportunidade para apresentar obras vinculadas ao Plano Anual de  
376 Contratações — PAC e reforçar a necessidade de apoio federal à universidade. Por fim, informou que a  
377 universidade participará no programa InovaLab, voltado à qualificação da infraestrutura laboratorial dos cursos de  
378 graduação. Comunicou que a gestão realizará, na semana seguinte, visitas aos oito centros acadêmicos para  
379 dialogar com coordenadores de cursos e levantar demandas relacionadas à infraestrutura laboratorial, visando a  
380 elaboração de proposta institucional a ser submetida ao Ministério da Educação até o dia 19 de junho. Nada mais  
381 havendo a discutir, deu por encerrada a reunião, e eu, Luiz Djalma Dias Filho, Secretário dos Órgãos Colegiados,  
382 lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada sem emendas, **na reunião do dia X de X de dois mil e vinte** e seis,  
383 segue assinada pelo presidente do Consad, pelos demais conselheiros presentes nesta reunião e por mim. .